

Situação do Hospital da Polícia segue indefinida

Prazo dado pelo MPE para reabertura dos seis leitos de UTI acaba no dia 12 de maio



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Continua indefinida a situação do Hospital da Polícia Militar de Sergipe (HPM/SE). O Governo do Estado, responsável pela negociação, ainda não apresentou nenhum posicionamento sobre o estado da unidade de saúde. O prazo estipulado pelo Ministério Público Estadual (MPE) para a reabertura dos seis leitos de UTI acaba no dia 12 de maio. A ação foi movida contra o Estado que estará sujeito a multa diária de R\$ 5 mil pelo descumprimento da medida. Caso o hospital seja fechado, cerca de 100 mil servidores públicos, entre titulares e dependentes, ficarão desassistidos.

Apenas na Polícia Militar de Sergipe, a priori principal público do HPM, existem cerca de 10 mil servidores ativos e inativos que utilizam o serviço do hospital. Segundo o presidente da Associação dos Militares do Estado de Sergipe (Amese), os policiais vão ficar à mercê da sorte, caso o hospital seja fechado.

“É lamentável que o HPM feche as portas, porque nós policiais vamos ter que recorrer ao Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF), ou em alguns casos para os hospitais particulares que o Ipesaúde tem convênio. Mas, nós vamos perder a retaguarda que tínhamos, porque nossa profissão é de risco, então quando precisávamos, éramos atendidos de imediato no HPM, é um hospital confortável, com estrutura, e agora vamos ter que ser encaminhados para algum lugar que tenha vaga e que atenda pelo Ipesaúde”, lamenta Edgar Menezes.



AÇÃO CONTRA O GOVERNO DO ESTADO ESTARÁ SUJEITA À MULTA DIÁRIA DE R\$ 5 MIL PELO DESCUMPRIMENTO

Para o sindicalista, a solução seria que o governo assumisse o HPM, já que a unidade de saúde atende a todos os servidores públicos do Estado. “Infelizmente serão menos leitos e mais um hospital fechado. Estamos torcendo para que o HPM não feche as portas, mas sabemos que do jeito que está, arrecadando cerca de R\$ 100 mil por mês, a unidade não tem como se manter, a não ser que o Governo do Estado assuma”, ressalta o presidente da Amese.

Atualmente, apenas a parte ambulatorial do HPM está funcionando. “Os servidores públicos ainda não estão sendo prejudicados com a situação do HPM. O serviço ambulatorial, urgência e emergência estão sendo feitos normalmente no HPM, mas os servidores que precisam de procedimentos cirúrgicos estão sendo encaminhados para hospitais particulares”, revela o assessor de comunicação do Ipesaúde, Jason Neto.

O assessor informa também que ainda estão no aguardo de uma decisão do governo que está responsável pela resolução do impasse. “Nós aqui no Ipesaúde ainda não temos nenhuma informação, já que esse assunto está sendo tratado diretamente com o Governo do Estado. Estamos no aguardo de uma decisão, mas enquanto isso não acontece o servidor não está desassistido”, acrescenta Jason Neto.

• **PM**

A assessoria de comunicação da Polícia Militar informou que de fato a questão do HPM está sob responsabilidade do governo. Houve uma reunião convocada pelo secretário Estadual da Casa Civil, mas o impasse ainda permanece. “A discussão sob o HPM está a nível de Governo. Semana passada houve uma reunião na Casa Civil, com todos os chefes e secretários envolvidos no problema do HPM, mas ainda não chegaram a nenhuma decisão. Estamos aguardando uma posição do secretário Silvio Santos”, conta Major Paiva.

Em relação ao prazo dado pelo MPE/SE para contratação de profissionais e reabertura dos leitos de UTI do HPM, Major Paiva informou que isso só será resolvido quando a Casa Civil sinalizar uma posição. “Acredito que para essa contratação, deve ser feita uma parceria entre o Ipesáude e o Governo do Estado, mas sem nenhuma definição não há como responder. Estamos aguardando”, finaliza.